DIÁRIO DE BORDO

ABC: PROGRAMA CAMPEÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócio

NO PRÓXIMO mês de dezembro, realizar-se-á, em Paris, a COP-21, ocasião em que os países do mundo todo voltarão a buscar compromissos para a redução das emissões dos gases do efeito estufa. Assunto complexo e delicado para a agricultura, uma vez que esta pode ser responsabilizada por boa parte das emissões. Mas, com as tecnologias adequadas, a agropecuária será redutora destas emissões.

O Brasil, dada a sua grande participação na produção agrícola e pecuária e dada a sua enorme parcela de áreas florestais intocadas, é um dos países mais observados nessas discussões, e não será diferente em Paris, neste ano. Sempre haverá alguém dizendo que o desmatamento da Amazônia aumentou por causa do avanço desordenado da soja e da pecuária e que a agropecuária brasileira é insustentável. Além da subjacente pressão de concorrentes para reduzir nosso espaço comercial via barreiras não tarifárias, há outros interesses menores nesse tipo de pressão.



Mas, o fato é que temos uma atividade rural sustentável como poucos países tropicais conseguem. E, dentre as ações mais notáveis para reduzir emissões, está o Plano ABC, um verdadeiro campeão da sustentabilidade.

Este Plano, de Agricultura de Baixo Carbono, faz parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187/2009, que estabelece como meta reduzir as emissões de GEE até 2020 em 36,1% a 38,9% em relação ao que seria emitido se nada fosse feito. É um compromisso assumido pelo Brasil.

Submetido a consulta pública em 2011, o Plano ABC só foi oficializado em 2013, pela Portaria Interministerial nº 984. O GV Agro, da Fundação Getulio Vargas, criou o Observatório ABC, que vinha monitorando os resultados do Plano desde 2012 e acaba de submeter ao governo brasileiro uma série de sugestões visando ao seu aprimoramento. Acontece que, em 2015, o Plano precisa ser revisado por determinação legal, e nosso Observatório já acumulou grande quantidade de informações sobre como melhorá-lo ainda mais.

Aliás, estudo recente coordenado por Eduardo Assad, da Embrapa e do Observatório, mostra que, se inteiramente aplicados em todo seu potencial, só os programas do Plano ABC podem reduzir, até 2023, cerca de 1,8 bilhão de toneladas equivalentes de CO_2 das emissões brasileiras, mais de dez vezes o projetado para a redução por meio da agropecuária, que foi calculada entre 134 e 163 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes até 2020. Um extraordinário potencial.

Melhorar a governança do Plano, dar amplo conhecimento dele e capacitar produtores e técnicos do setor, manter taxas de juros atrativas a quem aplicar os programas e desburocratizar a liberação de recursos, ao mesmo tempo em que se possa medir transparentemente os resultados das tecnologias (entre as quais se destaca a integração lavoura-pecuária), são algumas das propostas levadas pelo Observatório a vários ministros (da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia e Inovação, dos Assuntos Estratégicos e de Minas e Energia), além das lideranças da Frente Parlamentar da Agropecuária do Parlamento brasileiro, com respostas muito positivas de todos.

Tomara que a revisão seja feita, pois, assim, teremos algo espetacular para mostrar em Paris. ■